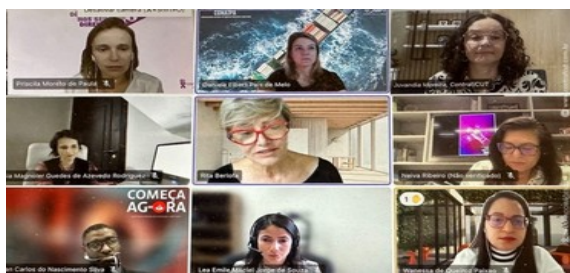


Contraf-CUT denuncia ao MPT práticas antissindicais do Santander



Em audiência com o Ministério Público do Trabalho (MPT), ocorrida nesta quinta-feira (3), a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) denunciou ações antissindicais praticadas pelo banco Santander.

“O banco está cometendo prática antissindical ao abrir empresas com CNPJs distintos para retirar bancários da categoria e enquadrá-los como trabalhadores de outros setores”, disse a presidenta da Contraf-CUT e coordenadora do Comando Nacional dos Bancários, Juvandia Moreira. “De 2020 pra cá, 17.964 bancários foram enquadrados como sendo de outras categorias. Com isso, eles deixam de ter diversos direitos previstos na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) da categoria bancária, e enfraquece a organização dos trabalhadores”, completou.

A categoria bancária é a única do país a possuir uma CCT válida em todo território nacional. Graças às negociações coletivas, as bancárias e bancários possuem 85% mais direitos trabalhistas do que os previstos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

“Com o desenquadramento da categoria, os bancários que foram recontratados pelo banco por outras empresas do mesmo conglomerado econômico, perderam em torno de 50% a 60% da remuneração variável”, denunciou a coordenadora da Comissão de Organização dos Empregados (COE) do Santander, Wanessa de Queiroz Paixão.

A coordenadora da COE disse que o movimento sindical já reivindicou diversas vezes a representação sindical destes empregados, mas que o banco se recusa a reenquadrá-los, mesmo eles exercendo as mesmas atividades que já exerciam anteriormente, trabalhando no mesmo local de bancários que exercem as mesmas funções, no mesmo sistema de gestão e sofrendo as mesmas cobranças.

O Santander alegou que não teria condições de dar continuidade às tratativas nesta quinta-feira, por haver a necessidade da presença de profissionais responsáveis por outras áreas envolvidas e representantes das demais empresas e solicitou o reagendamento da audiência para seguir com o debate. O MPT se comprometeu em agendar uma nova audiência e comunicar a nova data à Contraf-CUT e ao Santander.

Medida para banir celular na sala de aula é positiva

Educadores e entidades que defendem a educação pública avaliam que o uso dos celulares nas escolas prejudica a aprendizagem do aluno e consideram como positivo a proibição do equipamento nas escolas públicas e privadas do Brasil. Para eles a medida que o governo federal prepara para ser apresentada ainda neste mês de outubro, pode ajudar, inclusive, na interação dos alunos e professores na sala de aula, o que pouco acontece hoje.

O objetivo do governo federal é reduzir os prejuízos dos alunos com o uso dos celulares. Escolas que proibiram os celulares tiveram melhora na concentração dos alunos, nas notas e até mesmo na interação entre estudantes e professores, segundo pesquisa.

Já o Relatório Global de Monitoramento da Educação da Unesco, um em cada quatro países do mundo adotou leis que proíbem o uso dos aparelhos dentro das escolas. O estudo aponta ainda que o uso do celular acarreta também na distração dos alunos e atrapalha as aulas dos professores e professoras.

O governo federal prepara os detalhes da proposta, portanto, ainda não se sabe como funcionará na prática a proibição dos celulares na sala de aula. No entanto, o governo estuda uma consulta pública, depois disso a proposta seguirá para votação no Congresso Nacional.

Mas, já se discute que a regra precisa ter algumas exceções, como a liberação do celular para uso pedagógico, desde que o professor autorize, além da utilização por alunos com deficiência, transtornos de aprendizado ou questão de saúde, que necessitem do aparelho.

Leia a matéria completa em nosso site